



ID: 29577596

05-04-2010

Opway lidera corrida para construir nova sede da Judiciária

Construtora de Filipe Soares Franco apresentou o melhor preço, tendo pedido 85,8 milhões de euros. A abertura das propostas foi a 3 de Março.

Nuno Miguel Silva
nuno.silva@economico.pt

A empreitada para a concepção e construção da nova sede da Polícia Judiciária (PJ), em Lisboa, vai custar entre 85,8 e 88,2 milhões de euros, segundo dados a que o Diário Económico teve acesso. Das cinco construtoras que o Ministério da Justiça convidou directamente, apenas quatro apresentaram propostas, sendo a mais barata para o Estado a apresentada pela Opway: 85,8 milhões de euros.

A construtora presidida por Filipe Soares Franco ficou assim à frente da Mota-Engil, da Somague e da HCI. A Bento Pedroso também foi convidada, mas não chegou a apresentar qualquer proposta.

Além dos 85,8 milhões de euros solicitados pela Opway (empresa resultante da fusão da OPCA com a Sopol), o concorrente a seguir é a Mota-Engil, com 86,050 milhões de euros. A Somague pediu cerca de 87,7 milhões de euros, enquanto a HCI apresentou uma proposta de 88,2 milhões.

A área de intervenção desta empreitada inclui o actual edifício da Polícia Judiciária, na Rua Gomes Freire, em Lisboa, assim como o antigo edifício do Arquivo de Identificação, o actual estabelecimento prisional e a parcela da antiga Escola de Medicina Veterinária, adquirida pela Judiciária para este efeito.

20 mil metros quadrados de obra

A superfície total envolvida é de aproximadamente 20 mil metros quadrados. O futuro complexo está próximo de áreas urbanas centrais, como a Praça do Duque de Saldanha, a Praça do Marquês de Pombal e a Praça José Fontana, e fica facilmente acessível em termos de infra-estrutura rodoviária e de transportes públicos, como o metropolitano e o autocarro.

Foram convidadas cinco construtoras. Opway, Mota-Engil, Somague e HCI estão a concorrer. A Bento Pedroso não apresentou proposta.



O QUE INCLUI A EMPREITADA

A área inclui actual edifício da PJ, na R. Gomes Freire, em Lisboa, assim como o antigo edifício do Arquivo de Identificação, o actual estabelecimento prisional e a parcela da antiga Escola de Medicina Veterinária, adquirida pela PJ para o efeito.

Neste concurso, de concepção e construção, os concorrentes são responsáveis pela elaboração do projecto de arquitectura e especialidades. O objectivo é dotar a PJ das mais modernas valências, oferecendo-lhe a capacidade de resposta necessária para responder aos novos desafios em matéria de investigação criminal. Outra meta deste projecto é concentrar num só local os serviços deste corpo policial, que actualmente estão dispersos por vários locais.

A empreitada vai servir para remodelar o actual edifício da PJ e o antigo edifício do arquivo de identificação, integrando-os na nova parcela da antiga Escola de Medicina Veterinária.

As novas edificações passarão a constituir, em conjunto com as actuais, depois de recuperadas, o Complexo da Polícia Judiciária, agregando a Directoria Nacional e a Directoria de Lisboa e Vale do Tejo da PJ.

Segundo a resolução do Conselho de Ministros, publicada em Diário da República a 22 de Setembro, este processo será conduzido pelo Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas da Justiça, um instituto público tutelado pelo Ministério da Justiça.

O concurso, de acordo com o referido documento, visa o "melhoramento das instalações existentes e à construção de novas instalações para a Polícia Judiciária".

O júri do concurso, presidido por Ferreira Pinto, irá em breve tomar uma decisão sobre o assunto. Os outros elementos do júri são Miguel Gama e Sandra Esteves. As propostas dos quatro concorrentes foram aceites, tendo sido consideradas como cumprindo o programa de procedimento do concurso, não havendo informações sobre qualquer reclamação apresentada por qualquer das construtoras presentes na corrida. ■

PROPOSTAS NA CORRIDA

Opway 85,8 M€

Apresentou a proposta mais barata. O valor é de 85,8 milhões de euros para conceber e construir a nova sede da PJ.

Mota 86 M€

O grupo liderado por António Mota e Jorge Coelho está classificado em segundo lugar, com 86,050 milhões de euros.

Somague 87,7 M€

A companhia liderada pelos espanhóis da Sacyr apresentou uma proposta no valor de 87,7 milhões de euros.

HCI 88,2 M€

A HCI, uma construtora de média dimensão, apresentou a proposta mais cara a concurso, no valor de 88,2 milhões de euros.

A Opway, construtora gerida por Filipe Soares Franco, lidera a lista de propostas à empreitada da PJ.





Concurso por ajuste directo com convite restrito

Grau confidencial é uma das exceções permitidas ao Código da Contratação Pública.

O Ministério da Justiça decidiu não lançar concurso público para esta empreitada, justificando esta opção com uma das exceções permitida ao Código da Contratação Pública em vigor, referente ao carácter secreto do projecto.

Contactada pelo Diário Económico, fonte oficial do Ministério da Justiça justificou o facto de se ter optado por um convite restrito em vez de lançar concurso público internacional por a resolução do Conselho de Ministros referente a esta empreitada ter classificado o processo com o "grau de segurança de confidencialidade". A mesma fonte oficial do Ministério da Justiça escusou-se a prestar mais esclarecimentos sobre o assunto.

O Código de Contratação Pública obriga a lançar concurso público para empreitadas de obras com valor de referência superior a 5,278 milhões de euros. É claramente o caso desta empreitada para as novas instalações centrais da PJ, que têm um valor de referência de 90 milhões de euros. Mas essa mesma legislação estabelece algumas exceções, entre as quais, "os contratos públicos declarados secretos ou respeitantes aos interesses essenciais de um Estado".

Com efeito, a resolução do Conselho de Ministros, publicada a 22 de Setembro passado em Diário da República, classifica esta obra com "grau de segurança e confidencialidade". Daí que tenha determinado "o recurso ao ajuste directo (...) de- vendo, contudo, por razões de concorrência, serem consultadas cinco entidades de entre aquelas que estão devidamente credenciadas com grau confidencial junto do Gabinete Nacional de Segurança".

Até ao fecho da edição, não foi possível ao Diário Económico obter reacções oficiais de algumas das construtoras que não foram convidadas para concorrer a esta empreitada de valor avultado, como a Teixeira Duarte, a Edifer ou a MSF, por exemplo. Foi, portanto, impossível averiguar se essas construtoras não foram convidadas por não disporem das respectivas cre-

denciais de segurança nacional ou se foram preteridas pelo Ministério da Justiça por qualquer outro motivo publicamente desconhecido.

Os "ofícios-convite" do Ministério da Justiça para as construtoras apresentarem propostas para esta empreitada foram remetidos a 1 de Setembro do ano passado. Segundo diversas fontes do sector contactadas pelo Diário Económico, é estanho que "tenham deixado de fora construtoras com créditos firmados na construção e engenharia civil em Portugal, como a Teixeira Duarte, a Edifer ou a MSF".

O despacho do secretário de Estado Adjunto e da Justiça é de 31 de Agosto do ano passado, a resolução do Conselho de Ministros é do dia 27 do, mesmo mês, mas só foi publicada, em Diário da República, a 22 de Setembro de 2009. Este não é o primeiro caso de uma obra do Estado que não recorreu a um concurso internacional. Foi o caso da remodelação da sede do Banco de Portugal que, segundo o jornal I, foi atribuído à HCL, sem concurso. O argumento invocado pelo BdP foi o facto de o contrato ter sido declarado secreto. ■ N.M.S.



Alberto Costa foi o ministro da Justiça que lançou o concurso em Setembro de 2009. Agora deputado pela bancada socialista, foi substituído por Alberto Martins.





EMPRESAS

Opway lidera corrida para construir a nova sede da PJ → P22